

Sumário

PARTE I – DIREITO PENAL.....	21
■ PARTE GERAL	23
1. CONCEITO ANALÍTICO DE CRIME	23
1.1. Infração Penal.....	23
1.2. Conceito analítico de crime (ou estratificado de crime).....	24
1.2.1. Tipicidade	25
1.2.1.1. Conduta	27
1.2.2. Illicitude.....	32
1.2.3. Culpabilidade.....	34
1.2.3.1. Inimputáveis.....	35
1.2.3.2. Erro de Proibição Inevitável	37
1.2.3.3. Inexigibilidade de conduta diversa.....	38
1.3. Discriminantes Putativas	39
2. PUNIBILIDADE.....	41
2.1. <i>Abolitio Criminis</i>	42
2.2. Perdão Soberano	42
2.3. Prescrição.....	43
3. SANÇÃO PENAL.....	52
3.1. Espécies de Penas.....	53
3.1.1. Penas restritivas de direitos	55
3.2. Dosimetria da Pena	58
3.3. Medida de Segurança	64
3.3.1. Prazo.....	64
4. APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	65
4.1. Aplicação da Lei Penal no Tempo	65
4.2. Aplicação da Lei Penal no Espaço.....	68
5. CONCURSO DE PESSOAS.....	75
5.1. Modalidades	75
5.2. Requisitos	75
5.3. Participação de menor importância / participação de somenos	77
5.4. Cooperação dolosamente distinta	77
5.5. Circunstâncias incommunicáveis.....	80
5.6. Casos de Impunibilidade	81
6. CONCURSO DE CRIMES	82
6.1. Modalidades	82
6.1.1. Crime Continuado	83
6.1.2. Concurso Material	84

6.1.3. Concurso Formal.....	84
6.2. Penas de Multa no Concurso de Crimes.....	86
7. MODALIDADES DE ERRO.....	87
7.1. Modalidades de Erro Acidental.....	88
8. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA.....	89
8.1. Condições durante o período de prova.....	91
8.2. <i>Sursis</i> Especial.....	91
8.3. Causas de Revogação do <i>Sursis</i>	92
8.4. Prorrogação do período de prova	93
8.5. Cumprimento das condições	93
9. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	96
9.1. Requisitos do artigo 83 do Código Penal.....	97
9.2. Soma das Penas.....	101
9.3. Especificações das condições.....	101
9.4. Revogação do livramento condicional	102
9.5. Efeitos da revogação	102
10. PROGRESSÃO DE REGIME.....	106
10.1. Requisitos para progressão de regime	107
■ PARTE ESPECIAL	115
11. DOS CRIMES CONTRA A VIDA.....	115
11.1. Homicídio.....	115
11.1.1. Homicídio Doloso	117
11.1.1.1. Homicídio Simples.....	121
11.1.1.2. Homicídio Privilegiado.....	121
11.1.1.3. Homicídio Qualificado	122
11.1.1.4. Homicídio Majorado - Causas de aumento de pena.....	127
11.2. Feminicídio (após a Lei 14.994, de 09/10/2024).....	130
11.3. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio e à automutilação.....	131
11.4. Infanticídio.....	135
11.5. Aborto	138
12. LESÃO CORPORAL	140
12.1. Espécies de lesão corporal.....	141
12.2. Lesão Corporal no âmbito doméstico	144
12.3. Lesão Corporal Funcional.....	147
12.4. Pontos importantes.....	147
12.5. Enunciados importantes	150
13. CRIMES CONTRA A HONRA.....	150
13.1. Calúnia	152
13.2. Difamação.....	153
13.3. Injúria.....	153
13.4. Diferença entre injúria preconceituosa e crime de preconceito.....	154
13.5. Causas de aumento da pena.....	157
13.6. Exclusão de crime e outras disposições importantes	158

14. CRIMES PATRIMONIAIS	160
14.1. Furto.....	160
14.2. Modalidades de furto	160
14.3. Diferença entre furto e estelionato.....	163
14.4. Diferença entre furto e apropriação indébita	164
14.5. Novidades Legislativas	165
14.6. Roubo	166
14.7. Diferença entre roubo e extorsão	170
14.8. Receptação	172
14.9. Imunidades nos crimes patrimoniais.....	176
14.10. Enunciados Importantes	177
15. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	178
15.1. Crime de Estupro.....	179
15.2. Importunação ofensiva ao pudor.....	179
15.3. Diferença entre estupro e estupro de vulnerável.....	179
15.4. Distinção entre estupro e violação sexual mediante fraude	180
15.5. Outros pontos de destaque.....	181
15.6. Ação Penal nos Crimes Sexuais	186
16. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	187
17. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	192
18. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	197
18.1. Crime de Peculato	198
18.2. Concussão, corrupção passiva, corrupção ativa e prevaricação	201
18.3. Crimes contra a administração pública praticados por particulares.....	204
18.4. Dos crimes em licitações e contratos administrativos.....	208
19. DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	210
PARTE II – DIREITO PROCESSUAL PENAL	217
■ PROCESSUAL PENAL	219
1. DA APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL.....	219
1.1. Aplicação da lei processual penal no espaço	219
1.2. Lei processual penal no tempo.....	223
1.3. Imunidades (aplicação da lei processual quanto às pessoas)	230
1.4. Interpretação da Norma Processual Penal.....	231
1.5. Fontes do Direito Processual Penal	231
2. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAI.....	231
2.1. Inércia (<i>Ne procedat iudex ex officio</i>) (art. 129, I, CRFB/88).....	232
2.1.1. Diferenciando os sistemas processuais: sistema inquisitivo ou inquisitório	233
2.2. <i>Favor rei</i> ou <i>Favor libertatis</i>	236
2.3. <i>In dubio pro reo</i> (art. 386, VII, CPP).....	238
2.4. Devido processo legal (" <i>due process of law</i> ") (art. 5.º, LIV, CRFB/88).....	238

2.5. Juiz natural (art. 5.º, XXXVII e LIII, CRFB/88)	238
2.5.1. O Desaforamento e sua compatibilidade com o Juiz Natural	239
2.5.2. Sobre o Juiz de Garantias: arts. 3º-B a 3º-F do CPP	241
2.6. Promotor natural.....	245
2.7. Ampla defesa (art. 5º., LV, CRFB/88).....	245
2.7.1. Acerca da Citação	247
A. Espécies de citação real ou pessoal	249
B. Espécies de citação ficta ou presumida	250
2.7.2. Silêncio do réu (arts. 186 e 198 do CPP e art. 50, inc. LXIII, da CRFB/88)	252
2.7.3. Interrogatório.....	254
2.7.4. Confissão	259
2.8. Contraditório (art. 5º., LV, CRFB/88)	259
2.9. Presunção de inocência (art. 5º., LVII, CRFB/88)	260
2.10. Verdade real (art. 156, CPP).....	264
2.11. Liberdade dos meios de prova	265
2.12. Inadmissibilidade da prova ilícita (art. 5º., LVI, CRFB/88)	266
2.13. Livre convencimento motivado ou persuasão racional (artigos 5º., LX, e 93, IX, da CRFB/88)	269
2.14. Publicidade (artigos 5º., LX, e 93, IX, da CRFB/88)	270
2.15. Identidade física do juiz	270
2.16. Duração Razoável do Processo.....	270
3. INQUÉRITO POLICIAL	272
3.1. Funções do Estado e a atividade de investigação	272
3.2. <i>Persecutio criminis</i> e Polícia Judiciária.....	273
3.2.1. Outros mecanismos de investigação	274
3.2.2. A investigação direta pelo Ministério Público.....	278
3.3. Natureza Jurídica do Inquérito Policial	280
3.4. Conceito de Inquérito Policial	281
3.5. Finalidade e objeto do Inquérito Policial	281
3.6. Destinatário do Inquérito Policial	282
3.7. Dispensabilidade e valor do Inquérito Policial.....	283
3.8. Vícios no Inquérito Policial e ausência de nulidade	284
3.9. Características do Inquérito Policial.....	284
3.9.1. Inquisitivo ou inquisitório	284
3.9.2. Discricionário	289
3.9.3. Dispensável.....	290
3.9.4. Sistemático.....	290
3.9.5. Unidirecional.....	291
3.9.6. Escrito	291
3.9.7. Sigiloso	292
3.9.8. Indisponível	292
3.10. Instauração do Inquérito Policial.....	293
3.11. Oficialidade, oficiosidade e procedimento investigatório	296
3.12. Indiciamento e garantias do indiciado.....	297
3.13. Incomunicabilidade do preso.....	299

3.14. Prazo do Inquérito	299
3.15. Arquivamento e desarquivamento do Inquérito.....	299
3.15.1. Arquivamento do inquérito sob a antiga redação do art. 28 do CPP	300
3.15.2. Arquivamento do inquérito conforme o Pacote Anticrime.....	302
3.15.3. Da possibilidade de desarquivamento do inquérito policial	304
3.15.4. Arquivamento Implícito.....	305
4. AÇÃO PENAL.....	307
4.1. Ação, Pretensão, Jurisdição e Processo. Ações penais não condenatórias e condenatórias.....	307
4.2. Da legitimidade para a ação penal condenatória.....	308
4.3. Condições para o regular exercício do direito de ação.....	310
4.4. Diferenças entre as Ações Penais Pública e Privada: princípios regentes	312
4.4.1. Princípio da Oficialidade.....	313
4.4.2. Princípio da Obrigatoriedade.....	313
4.4.3. Princípio da Oportunidade ou Conveniência.....	314
4.4.4. Princípio da Indisponibilidade.....	314
4.4.5. Princípio da Disponibilidade	318
4.4.6. Princípio da Indivisibilidade na ação penal privada	320
4.4.7. Indivisibilidade na ação penal pública	323
4.4.8. Intranscendência	323
4.5. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	323
4.6. Natureza jurídica da representação e da requisição nos crimes de ação penal pública condicionada	324
4.7. Ação penal nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	326
4.8. As infrações praticadas contra crianças e adolescentes.....	331
4.9. Sobre a ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	332
4.10. O acordo de não persecução penal e a mitigação ao princípio da obrigatoriedade	333
4.10.1. Justiça penal consensual.....	334
4.10.2. Cabimento do acordo de não persecução penal	337
5. AÇÃO CIVIL EX DELICTO.....	352
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	354
6.1. Conceito	354
6.2. Princípios	354
6.3. Jurisdição e Competência - distinções.....	354
6.4. Competência absoluta e relativa no Processo Penal	355
6.5. Classificação da Jurisdição (dos órgãos ou da função jurisdicional).....	355
6.6. Elementos da jurisdição	355
6.7. Competência no Processo Penal	355
6.7.1. Competência constitucional	355
6.7.2. Competência da Justiça Federal	358
6.7.3. Distribuição da Competência conforme as regras processuais penais.....	360
6.7.4. Competência pelo lugar da infração	361
6.7.5. Competência pelo domicílio do réu	366
6.7.6. Competência pela natureza da infração	366
6.7.7. Competência por distribuição	369
6.7.8. Conexão	369

6.7.9. Continência.....	370
6.7.10. Prevenção	370
6.7.11. Prerrogativa de função.....	371
6.7.12. Foro e Juízo Prevalente	383
6.8. Competência da Justiça Federal ou da Justiça Estadual - Jurisprudência	384
6.9. Competência para crimes praticados pela rede mundial de computadores - Posicionamento dos Tribunais	402
7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	411
7.1. Conceito	411
7.2. Diferença entre questões prejudiciais e questões preliminares	411
7.3. Prejudiciais homogêneas e heterogêneas, de suspensão obrigatória e facultativa	411
7.4. Das exceções	412
7.5. Das medidas assecuratórias.....	412
8. TEORIA GERAL DA PROVA.....	413
8.1. Conceito e natureza jurídica da prova	413
8.2. Destinatários da prova.....	414
8.3. Objeto da prova e objeto de prova	414
8.4. Meios de prova	414
8.5. Ônus da prova e iniciativa do juiz.....	415
8.6. Princípios que regem as provas no processo penal	416
8.6.1. Verdade real.....	416
8.6.2. Liberdade dos meios de prova e livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	416
8.6.3. Inadmissibilidade da prova ilícita	416
8.6.4. Publicidade	416
8.6.5. Comunhão ou aquisição da prova	417
8.6.6. Autorresponsabilidade das partes	417
8.6.7. Audiência contraditória.....	417
8.6.8. Oralidade e concentração	417
8.7. Procedimento Probatório	417
8.8. Prova emprestada e o princípio do contraditório.....	417
9. PROVAS EM ESPÉCIE.....	418
9.1. A cadeia de custódia da prova penal.....	418
9.2. Exame de corpo delito e outras perícias (arts. 158 a 184 do CPP)	426
9.2.1. Corpo de delito direto e indireto	426
9.2.2. Indispensabilidade do exame, prova legal e nulidade	426
9.2.3. Peritos oficiais e não oficiais. Número de peritos.....	426
9.2.4. Laudo e vinculação ao laudo.....	427
9.2.5. Momento para realização de exame	427
9.2.6. Perícias desnecessárias.....	427
9.3. Interrogatório (artigo 185 e ss do CPP).....	428
9.3.1. Natureza jurídica do interrogatório	428
9.3.2. Necessidade de interrogatório	428
9.3.3. Silêncio do réu (arts. 186 e 198 do CPP e art. 50, inc. LXIII, da CRFB/88)	428
9.3.4. Impossibilidade de condução coercitiva do acusado	430

9.3.5. Novo interrogatório	431
9.3.6. Interrogatório por videoconferência e outros meios eletrônicos.....	431
9.3.7. Chamada de corréu ou delação	432
9.4. Confissão.....	433
9.5. Do ofendido.....	434
9.6. Prova testemunhal	435
9.7. Reconhecimento de pessoas.....	437
9.8. Acareação	440
9.9. Documentos	440
9.10. Indícios.....	441
9.11. Busca e Apreensão.....	441
9.12 A interceptação telefônica (Lei 9.296/96).....	443
9.12.1. Conceito e outras considerações importantes.....	444
9.12.2. Glossário: expressões relevantes	445
9.12.3. A Lei 9.296/96 e os requisitos para a interceptação telefônica	449
10. SUJEITOS PROCESSUAIS	454
10.1. Do Juiz.....	455
10.2. Das Partes.....	455
10.2.1. Do Ministério Público	455
10.2.2. Do Réu e seu Defensor	455
10.3. Do Assistente de Acusação.....	456
10.4. Dos Serventuários da justiça, dos Peritos e dos Intérpretes.....	458
10.5. Impedimento e Suspeição	458
11. PRISÃO CAUTELAR	459
11.1. Conceito	459
11.2. Características.....	461
11.3. Requisitos.....	461
11.4. Espécies de Prisão Cautelar	462
11.5. Prisão em Flagrante	464
11.5.1. Flagrante facultativo e coercitivo	464
11.5.2. Flagrante próprio, impróprio e presumido	465
11.5.3. Flagrante forjado, esperado, preparado ou provocado, retardado ou diferido	465
11.5.4. Etapas e formalidades do flagrante.....	467
11.6. Prisão Preventiva	469
11.7. Prisão Temporária.....	476
11.8. Sobre a suposta "prisão domiciliar"	479
12. MEDIDAS DE CONTRACAUTELA PRISIONAIS	482
13. PROCEDIMENTOS	484
13.1. Rito Ordinário (artigos 394 a 405 do CPP)	485
13.2. Rito Sumário (artigos 531 a 538 do CPP)	486
13.3. Procedimento dos Crimes Dolosos contra a Vida (artigos 406 a 497 do CPP)	487
13.3.1. A plenitude de defesa	488
13.3.2. O sigilo das votações	488
13.3.3. A Soberania dos Veredictos.....	489

13.3.4. A Competência para o Julgamento dos Crimes Dolosos contra a Vida	489
13.3.5. A decisão de pronúncia	490
13.3.6. A decisão de impronúncia	490
13.3.7. A decisão de absolvição sumária	491
13.3.8. A decisão de desclassificação	491
13.3.9. Do Desaforamento	492
13.3.10. A segunda fase do Júri: <i>judicium causae</i> ou juízo de mérito.....	492
13.4. Procedimento da Lei de Tóxicos (Lei nº. 11.343/2006).....	498
13.5. Procedimento de crimes de responsabilidade dos servidores públicos.....	499
13.6. Procedimento dos crimes contra a honra	502
14. CITAÇÕES E INTIMAÇÕES	502
14.1. Espécies de citação real ou pessoal	503
14.2. Espécies de citação ficta ou presumida	503
14.3. Intimação e Notificação: diferenças.....	506
15. SENTENÇA	506
15.1. Classificação das decisões no Processo Penal.....	506
15.2. Requisitos ou partes da sentença	508
15.3. Sentença vazia, sentença suicida e sentença autofágica	510
15.4. Correlação entre a acusação e sentença: a <i>Mutatio</i> e a <i>Emendatio Libelli</i>	510
15.4.1. <i>Emendatio Libelli</i>	511
15.4.2. <i>Mutatio Libelli</i>	514
16. NULIDADES.....	516
16.1. Atos inexistentes, nulos e anuláveis.....	516
16.2. Atos nulos e anuláveis: nulidade e anulabilidade	516
16.3. Sistema de nulidades adotado no Processo Penal brasileiro	518
16.4. Princípios aplicáveis às nulidades no Processo Penal	518
16.5. Nulidades absolutas e relativas.....	519
16.6. Nulidades em espécie.....	520
16.7. Remissionando artigos.....	523
17. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	525
17.1. Conceito e Natureza jurídica	525
17.2. Fontes normativas	526
17.3. Princípios.....	526
17.3.1. Taxatividade	526
17.3.2. Unirrecorribilidade	526
17.3.3. Fungibilidade.....	526
17.3.4. Voluntariedade (Disponibilidade - ?).....	527
17.3.5. Personalidade.....	528
17.3.6. Proibição da <i>Reformatio in Pejus</i>	528
17.3.7. Dialeticidade	530
17.4. Pressupostos dos recursos.....	530
17.4.1. Pressupostos fundamentais	530
17.4.2. Pressupostos objetivos	530
17.4.3. Pressupostos subjetivos	531
17.5. Efeitos dos recursos.....	532

17.6. Extinção anormal dos recursos	532
17.7. Classificação	532
17.7.1. Recursos ordinários	532
17.7.2. Recursos constitucionais	533
17.7.3. Carta Testemunhável e Correção Parcial: considerações.....	533
17.8. Procedimento recursal	533
18. RECURSOS EM ESPÉCIE	533
18.1. Apelação.....	533
18.1.1. Cabimento	533
18.1.2. Apelação plena	533
18.1.3. Apelação supletiva ou residual	534
18.1.4. Apelação limitada	534
18.1.5. Apelação subsidiária	537
18.1.6. Forma e prazo de interposição.....	538
18.1.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> , <i>reformatio in pejus</i> indireta e <i>reformatio in mellius</i>	538
18.1.8. <i>Reformatio in pejus</i> e soberania dos veredictos.....	540
18.1.9. Apelação nos juizados especiais criminais	542
18.2. Recurso em sentido estrito	542
18.2.1. Cabimento	542
18.2.2. Prazo (5 dias para interpor e 2 para razões e contrarrazões).....	545
18.2.3. Juízo de retratação (em dois dias após razões e contrarrazões)	545
18.2.4. Da legitimidade	546
18.3. Do antigo Protesto por Novo Júri (revogado pela Lei 11.689/2011)	548
18.4. Agravo em Execução (art. 197 da LEP).....	548
18.5. Embargos no processo penal.....	549
18.5.1. Embargos de declaração	549
18.5.2. Embargos infringentes e de nulidade: efeitos	549
18.5.3. Embargos de divergência: Cabimento; legitimidade; efeitos	550
18.5.4. Embargos infringentes nos processos de competência originária do STF (art. 333 do RISTF)	550
18.6. Carta testemunhável.....	551
18.7. Correção Parcial ou Reclamação.....	552
19. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	552
19.1. Introdução	552
19.2. O Rito Sumaríssimo	556
19.3. Institutos despenalizadores	558
19.3.1. Conciliação	558
19.3.2. Transação penal	559
19.3.3. Suspensão condicional do processo.....	561
19.3.4. Representação para lesões corporais leves e culposas	564
19.3.5. Da aplicação das medidas despenalizadoras às infrações de trânsito de menor potencial ofensivo	565
19.4. Dos recursos cabíveis em sede de Juizados Especiais Criminais	566
20. HABEAS CORPUS.....	566
21. REVISÃO CRIMINAL	570

PARTE III – PRÁTICA EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	573
1. DOS MOMENTOS PROCESSUAIS E PETIÇÕES CABÍVEIS	575
2. ESTRUTURA BÁSICA DE PEÇAS PROCESSUAIS.....	577
2.1. Petições Simples	578
2.2. Petições Dúpliques.....	578
2.3. Estrutura Básica das Petições Simples.....	579
2.4. Estrutura Básica dos Recursos.....	580
2.5. Ordem dos Argumentos em Sede de Preliminar	581
2.6. Expressões Jurídicas Comumente Utilizadas na Elaboração das Peças Prático-Profissionais	583
2.7. Passo a Passo Preliminar.....	583
2.8. Entendendo Prescrição.....	584
3. PEÇAS DE LIBERDADE	608
3.1. Primeiro passo: Identificando a peça cabível	608
3.1.1. Peças práticas aplicáveis a qualquer fase da persecução penal	608
3.1.2. Peças práticas que podem ser requeridas na fase pré-processual	608
3.1.3. Identificando a espécie de prisão.....	609
3.2. Relaxamento da prisão em flagrante.....	616
3.2.1. Cabimento.....	616
3.2.2. Ilegalidades Materiais do Flagrante	617
3.2.3. Ilegalidades Formais do Flagrante	626
3.3. Liberdade Provisória.....	640
3.3.1. Cabimento.....	640
3.3.2. Formas de se demonstrar a desnecessidade da manutenção da custódia cautelar..	641
3.3.3. Espécies de liberdade provisória após a Lei nº 12.403/11	650
3.3.4. Casos de decretação de prisão temporária ou de prisão preventiva	652
3.3.5. Questão Polêmica: é cabível pedido de liberdade provisória em crimes inafiançáveis?	653
3.3.6. Estrutura básica da liberdade provisória.....	659
3.3.7. Estrutura da liberdade provisória por excludente de ilicitude.....	660
3.3.8. Estrutura básica da liberdade provisória em crimes afiançáveis.....	661
3.3.9. Estrutura básica da liberdade provisória em crimes inafiançáveis	663
3.4. Revogação da preventiva e da temporária	664
3.4.1. Cabimento da revogação da preventiva.....	664
3.4.2. Cabimento da revogação da prisão temporária.....	664
3.4.3. Estrutura da revogação da preventiva	665
3.5. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	666
4. QUEIXA-CRIME	671
4.1. Introdução.....	671
4.2. Ação penal pública.....	671
4.2.1. Ação penal pública incondicionada	671
4.2.2. Ação penal pública condicionada	672
4.3. Ação penal privada	676
4.3.1. Queixa-crime.....	676
4.3.2. Modalidades de ação penal privada.....	677

4.4. Rol de crimes de ação penal privada e ação penal pública condicionada	680
4.4.1. Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	680
4.4.2. Crimes de ação penal privada na legislação extravagante	681
4.4.3. Crimes de ação penal pública condicionada do Código Penal.....	681
4.5. Observações importantes para o oferecimento da queixa-crime	685
4.5.1. Requisitos da queixa-crime.....	685
4.5.2. Prazo decadencial.....	685
4.5.3. Procuração com poderes especiais	685
4.5.4. A competência para o processo e julgamento	686
4.5.5. A legitimidade para o exercício do direito de queixa.....	687
4.5.6. O valor de reparação do dano de que trata o art. 387, inciso IV, do CPP.....	687
4.6. Estrutura da queixa-crime	688
4.7. Modelos de queixa-crime	694
4.7.1. Queixa oferecida pela própria vítima perante os juizados especiais criminais, após a audiência preliminar	694
4.7.2. Queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante os juizados especiais criminais, após a audiência preliminar	695
4.7.3. Queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante os juizados especiais criminais, após a audiência preliminar.....	696
4.7.4. Queixa oferecida pela própria vítima perante os juizados especiais criminais, antes da audiência preliminar.....	697
4.7.5. Queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante os juizados especiais criminais, antes da audiência preliminar	698
4.7.6. Queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante os juizados especiais criminais, antes da audiência preliminar.....	699
4.7.7. Modelos de queixa oferecida pela própria vítima, perante a vara criminal	700
4.7.8. Modelos de queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante a vara criminal	701
4.7.9. Modelos de queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante a vara criminal.....	702
4.7.10. Modelos de queixa oferecida pela própria vítima, perante a vara criminal, em caso de crimes contra a honra	703
4.7.11. Modelos de queixa oferecida pela vítima incapaz, através de seu representante legal, perante a vara criminal, em caso de crimes contra a honra	704
4.7.12. Modelos de queixa oferecida pelo sucessor da vítima falecida, perante a vara criminal, em caso de crimes contra a honra.....	705
4.7.13. Modelos de queixa na ação penal privada subsidiária da pública.....	706
4.8. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	709
5. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	710
5.1. Introdução.....	710
5.2. Momento Processual Adequado.....	714
5.3. Partes da resposta à acusação	715
5.3.1. Da apresentação dos fatos	716
5.3.2. Das preliminares	716
5.3.3. Do mérito.....	725
5.3.4. Dos pedidos.....	731
5.3.5. Demais requisitos da resposta à acusação	731
5.4. Resposta à acusação no rito do tribunal do júri	731

5.5. Resposta à acusação na legislação extravagante	732
5.6. Contagem do prazo para a apresentação da resposta	732
5.7. Estrutura da resposta à acusação.....	733
5.8. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	736
6. DEFESAS PRÉVIAS OU PRELIMINARES	737
6.1. Considerações iniciais.....	737
6.2. Procedimento nos crimes de responsabilidade de servidores públicos – art. 514 do CPP ...	738
6.3. Procedimento da lei de entorpecentes (Lei 11.343/2006).....	744
6.4. Ação Penal Originária – Lei 8.038/90	745
6.5. Estrutura das defesas preliminares.....	747
6.6. Mapas e gráficos	749
7. EXCEÇÕES	749
7.1. Sobre as exceções.....	749
7.2. Estrutura das Exceções	751
7.3. Mapas e gráficos	753
8. MEMORIAIS.....	753
8.1. Identificando o momento para apresentação dos memoriais ou alegações finais.....	753
8.2. Prazo dos memoriais	754
8.3. Fundamentação dos memoriais.....	754
8.4. Elaborando os memoriais.....	755
8.4.1. Sobre as preliminares nos memoriais	755
8.4.2. Sobre as teses de mérito nos memoriais	756
8.4.3. Dos pedidos.....	757
8.4.4. Memoriais no procedimento dos crimes dolosos contra a vida.....	759
8.5. Estrutura dos memoriais	762
8.6. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	772
9. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	774
9.1. Introdução.....	774
9.2. Hipóteses de cabimento do RESE.....	774
9.3. Fundamento legal	776
9.4. Prazo	776
9.5. Forma e endereçamento.....	776
9.6. Efeito regressivo/iterativo (juízo de retratação)	776
9.7. Elaborando o recurso em sentido estrito.....	777
9.8. Mapas mentais e quadros sinóticos.....	781
10. APELAÇÃO	782
10.1. Hipóteses de cabimento da apelação	782
10.2. Apelação na legislação extravagante	784
10.3. Fundamento legal e prazo de interposição.....	785
10.4. Forma e endereçamento	785
10.5. Elaborando a apelação – regra geral.....	785
10.5.1. Sobre as preliminares na apelação	785
10.5.2. Sobre as teses de mérito na apelação	786
10.5.3. Dos pedidos	788

10.6. Apelação no júri	789
10.7. Estrutura da apelação	794
10.8. Mapas mentais e quadros sinóticos	805
11. AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	806
12. CONTRARRAZÕES RECURSAIS	813
12.1. Exemplos de modelos de Contrarrazões	814
13. CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	821
13.1. Conceito, características e hipóteses de cabimento	821
13.1.1. Da decisão que denegar o recurso (art. 639, I, do CPP).....	821
13.1.2. Da que, admitindo embora o recurso, obstar à sua expedição e seguimento para o juízo <i>ad quem</i> (art. 639, II, do CPP)	821
13.2. Prazo	822
13.3. Endereçamento.....	822
13.4. Efeito regressivo (juízo de retratação)	823
13.5. Pedido	823
13.6. Estrutura e modelo da carta testemunhável.....	823
14. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	825
15. HABEAS CORPUS.....	827
15.1. Características.....	827
15.2. Conceito	828
15.3. Sujeitos.....	828
15.4. Hipóteses de cabimento.....	829
15.5. Requisitos da inicial	830
15.6. Competência.....	831
15.7. Endereçamento.....	832
15.8. Procedimento	833
15.9. Estrutura do <i>habeas corpus</i>	835
16. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL (ROC)	836
16.1. Cabimento e previsão legal	836
16.2. Procedimento	837
16.2.1. Prazo e procedimento do ROC contra decisão denegatória de <i>Habeas Corpus</i>	837
16.2.2. Prazo e procedimento do ROC nos crimes políticos	838
16.2.3. Endereçamento do ROC para o STF	838
16.2.4. Endereçamento do ROC para o STJ	838
16.2.5. Recurso contra decisão denegatória de <i>Habeas Corpus</i> proferida pelo Tribunal Regional Eleitoral	839
16.3. Estrutura do ROC para o STF ou STJ – contra decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	839
16.4. Mapas mentais e quadros sinóticos	841
17. RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	841
17.1. Introdução	841
17.2. Recurso Extraordinário	844
17.3. Recurso Extraordinário – Estrutura da Peça.....	845
17.4. Recurso Especial	848
17.5. Exemplo de Recurso Especial.....	848

18. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM PROCESSO CRIMINAL.....	851
18.1. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial.....	851
18.2. Agravo de instrumento contra medidas protetivas em violência doméstica contra a mulher	853
19. REVISÃO CRIMINAL	857
20. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	861
20.1. Conceito e características.....	861
20.2. Direito líquido e certo.....	862
20.3. Algumas hipóteses de mandado de segurança no processo penal	865
20.4. Estrutura do mandado de segurança	866
21. OUTROS EMBARGOS NO PROCESSO PENAL	867
21.1. Embargos de declaração	867
21.2. Modelo de embargos de declaração	868
21.3. Embargos de terceiro.....	869
22. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	870
 PARTE IV – ÚLTIMOS EXAMES: PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS	 877
 PARTE V – ÚLTIMOS EXAMES: QUESTÕES	 945
 PARTE VI – SÚMULAS SELECIONADAS	 1045
SÚMULAS VINCULANTES.....	1047
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1049
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	1063
SÚMULAS PENAIIS E PROCESSUAIS PENAIIS POR ASSUNTO	1083